



A BEIRA DA LAGOA: Uma cartografia da conformação de um fragmento de paisagem na Lagoa Mundaú (AL)

Palavras-Chave: Antropoceno; Comunidades Pesqueiras; Antropologia das Paisagens

Autores(as):

Nicollas Pinheiro de Lima Santos, IFCH - Unicamp

Prof^(a). Dr^(a). Joana Cabral de Oliveira, IFCH - Unicamp

INTRODUÇÃO:

Na manhã do dia 12 de dezembro de 2022, pescadores, cientistas, vereadores, ativistas e procuradores se reuniram no auditório da Câmara Municipal de Maceió. Ainda que sem esperanças em encontrar soluções, todos que se faziam presentes tinham um interesse em comum: discutir “o surgimento do sururu branco e o desaparecimento do sururu de capote”, tal qual sugeria o título da audiência pública convocada pela vereadora Teca Nelma (PSDB). Sendo mais um problema em meio ao acúmulo de controvérsias socioambientais que afligem a paisagem lagunar da capital alagoana, o tema a ser debatido ali não era desprezível. Pelo contrário, como já vinha observando ao longo de dois anos fazendo pesquisa sobre o arruinamento da lagoa Mundaú, o sururu (*Mytella falcata*) é uma espécie central para compreender as complicadas disputas políticas e econômicas que envolvem a modernização do estado de Alagoas. Estando relacionado com a história da plantation no interior do estado, assim como com o processo de urbanização e industrialização da cidade de Maceió, o marisco em questão vem sendo alimento para populações pretas e pobres desde o começo do século XX. Desse modo, o impacto das transformações ambientais sobre o sururu da lagoa tem trazido consigo consequências diretas na dieta e renda de inúmeras famílias que dependem da sua pesca. Com isto em mente, compareci à audiência acompanhado de Fernanda, uma ativista do Movimento dos Povos das Lagoas, com quem a época vinha realizando trabalho de campo. Meu objetivo naquele momento era investigar como cientistas e pescadores discutiriam a problemática, uma vez que ambos se relacionavam de forma diferente com o sururu, além de possuírem um histórico de embates sobre os usos e problemas da lagoa Mundaú.

A audiência pública que se estendeu durante cerca de 5 horas contou com diferentes argumentos sobre os motivos para o desaparecimento do sururu, para citar apenas alguns: o desmatamento das matas ciliares ao longo do rio Mundaú, a urbanização nas margens da lagoa, o surgimento de uma possível espécie exótica invasora (o sururu branco) e a mineração de salgema foram pontos levantados por aqueles que estavam presentes. No correr da audiência, camadas de problemas foram se sobrepondo sem que nenhuma proposta de intervenção fosse colocada. Esta tendência foi interrompida quando dois professores de Química Analítica da Universidade Federal de Alagoas apresentaram o projeto de Monitoramento do Complexo Estuarino Lagunar Mundaú-Manguaba. Os professores José Caririnha e Emerson Soares enfatizaram que o projeto marcaria a entrada de um novo momento para a gestão

da paisagem. Com um grupo interdisciplinar e a colaboração entre diferentes universidades, o monitoramento envolveria a análise da salinidade e pH da água, a modelagem dos níveis de vazão, assim como o estudo da genotoxicidade em pescados e humanos. Emerson enfatizou que o mérito da empreitada estaria na possibilidade de recolher dados em série histórica sobre a população do sururu na lagoa, uma vez que as informações fornecidas pelos pescadores sobre a abundância do molusco nas décadas passadas seriam “apenas de boca”. De forma esperançosa, os cientistas terminaram sua apresentação dizendo que todo o investimento permitirá a elaboração do plano de manejo do sururu, capaz de estabelecer critérios de pesca conforme a sazonalidade e os ciclos de reprodução do molusco, pondo fim aos riscos de extinção da espécie na lagoa.

O descontentamento dos pescadores após a apresentação dos professores foi imediato. Pedindo direito de fala, Luiz se dirigiu ao púlpito para se posicionar contra as acusações de que os sururuzeiros não saberiam gerir a pesca do marisco. Em seus breves 5 minutos de fala, o membro da colônia de pescadores do Vergel lembrou que participa da atividade há 30 anos e que o “sumiço do sururu” teria sido de “dez anos para cá”. No entanto, diferente dos demais que discursaram antes dele, Luiz não tentou apresentar as causas do desaparecimento do sururu, se retendo a defender a posição dos sururuzeiros frente a sugestão por um plano de manejo. Sobre isso, o pescador disse de forma enfática: “Parece que desconhece que a gente é uma *indústria*. É de domingo a domingo pegando sururu (...) Enquanto gerar renda é bom para o Estado. Porque a gente não pesca só pra gente, pesca para os outros também. Tem caminhão que sai do Vergel para Salvador e Recife”. Ao finalizar sua fala, no entanto, Luiz pareceu contradizer todos os pressupostos da audiência, afirmando que mesmo tendo desaparecido de alguns pontos da lagoa, o marisco ainda estava presente nos canais, onde os pescadores seguem capturando. Afinal, o problema não era a pesca, já que uma das características do marisco seria o fato de que “quanto mais você tira, mas ele desova”. Após a fala de Luiz sintetizar a posição dos pescadores naquela manhã, a vereadora sugeriu que Emerson “esclarecesse” sobre o plano de manejo. Sem se delongar, o professor se limitou a afirmar que não era verdade que o sururu desovava conforme era pescado e que mesmo os sururuzeiros não sendo responsáveis pela recente redução da população dos moluscos, a continuidade da pesca feita de “qualquer forma” traria consequências a longo prazo. As intervenções de outros membros da sociedade civil continuaram, conforme a liturgia da audiência, sem que durante todo o resto da sessão os pescadores intervissem novamente. Para mim, contudo, o embate entre o pescador e o cientista seguiu ecoando por um bom tempo.

Carregando comigo as questões trazidas por aquele encontro, passei me perguntar de que modo esses embates eram realizados em outro território. Afinal, ainda que a emergência das pautas ambientais tenha trazido consigo a presença de outros entes e seres para as assembleias públicas, o que tínhamos na Câmara Municipal era o embate de diferentes atores públicos sobre os entes naturais, no qual, independente da legitimidade e dos impactos que as falas dos pescadores gerassem naquele espaço, os cientistas continuaram sendo os responsáveis por dar a palavra final. Acompanhando Fernanda, segui para a Beira da Lagoa, um fragmento de paisagem no bairro do Vergel do Lago no qual a pesca do sururu é tradicionalmente realizada. Ali, poderia acompanhar algumas cenas em que os pescadores se engajariam com engenheiros, ativistas e cientistas de forma diferente daquela ocorrida na Câmara Municipal.

METODOLOGIA:

A metodologia utilizada nesta pesquisa consistiu em revisão bibliográfica e trabalho de campo.

- REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Cenas como a apresentada, em que a proposição de políticas de sustentabilidade incitam controvérsias junto a comunidades extrativistas são frequentes em relatos etnográficos (ALMEIDA, 2021). Afinal, ainda que busquem assegurar a renovação dos recursos naturais, de modo a garantir seu usufruto futuro, a tentativa de estabelecer critérios cientificamente embasados para uso da natureza podem entrar em conflito com os saberes e práticas tradicionalmente mobilizados por estas comunidades (CARDOSO et. al, 2020). Resultado da emergência da pauta ambiental no campo das disputas política, o trabalho de Bruno Latour (2019) tem sido um mote para estas investigações na medida em que o autor evidencia como esses fenômenos tornam patentes a instabilidade da noção de natureza enquanto uma esfera externa, autônoma e apartada das formas de mediação que a constituem. Segundo o autor, as consequências desse processo reluzem as condições histórico-filosóficas que levaram à afirmação da modernidade. Isto é, tendo a esfera da política se constituído pelas disputas entre humanos sobre opiniões e projetos para a vida em sociedade, o reconhecimento das questões ambientais como implicadas nos modos de existência dos humanos trouxeram consigo o deslocamento da natureza enquanto uma esfera na qual cientistas teriam acesso privilegiado.

Adentrando as assembleias e esferas do debate público, entes como animais, vegetais, águas e mesmo o clima passam a compor de forma variada as questões de interesse de diferentes atores que disputam pela afirmação e manutenção do mundo que habitam. Desse modo, com o aquecimento dos debates em torno das mudanças ambientais levando a diferentes disputas de interesses acerca do quais seres devem ser conservados e defendidos e quais combatidos, o lugar dos fatos científicos acerca da natureza dos seres passaria a encarar disputas sobre as distintas formas de compor com entes diversos (LATOURE, 2020). No mesmo sentido, a noção de cosmopolítica de Isabelle Stengers (2018) tem sido mobilizada como uma estratégia reflexiva importante, capaz de fazer frear as certezas acerca do que e de como o real é composto. Para a autora, a ideia de cosmopolítica não significaria apenas a entrada do mundo na esfera dos debates políticos, mas um “fazer gaguejar” do mundo que emerge em situações variada.

- TRABALHO DE CAMPO

O trabalho de campo realizado entre dezembro de 2022 e fevereiro de 2023 acompanhou os pescadores e as marisqueiras da beira da lagoa. Desde 2016, a paisagem que compõe um complexo de favelas sob área desmatada de manguezal tem recebido a atenção de ativistas, cientistas e instituições socioambientais. Assim, tomou-se os trabalhos de Donna Haraway (2022) e Anna Tsing (2016) como referência para lidar com a coleta e manejo dos dados. Segundo a proposição das autoras, a descrição de paisagens e relações entre espécies deve tomar na atenção crítica aos modos como humanos nomeiam e se relacionam com o meio, assim como as emaranhados tecnopolíticos as quais a vida cotidiana é atravessada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Cabe aqui relatar uma cena importante do trabalho de campo, que faz pensar sobre a relação entre indústria e pesca do sururu.

Cena 1: Festa da Coopmaris

No mesmo dia em que voltei da audiência pública, fui a inauguração do prédio da Coopmaris junto a Fernanda. Graças a parceira firmada com uma instituição social e alguns professores da faculdade de administração da Universidade Federal de Alagoas, a Cooperativa de Marisqueiras criada há 5 anos havia consigo construir um prédio no qual o sururu poderia ser processado em máquinas e conservado em câmaras frias para ser posteriormente vendido. Enquanto comíamos alguns doces e salgados e conversávamos em uma roda sobre a conquista do prédio, o tema da tecnificação do beneficiamento do sururu voltou a ser debatido.

Uma da professora do curso de Eletrotécnica do Instituto Federal de Alagoas havia sugerido naquele momento que gostaria de trabalhar junto as marisqueiras. A ideia seria a construção de uma máquina que permitisse peneirar o sururu após ser aquecido. Sendo um molusco bivalve, o peneiramento do sururu envolve é a fase seguinte após o aquecimento, no qual as duas partes da concha se abrem permitindo o acesso à carne. É despejando o sururu aquecido sobre a peneira e fazendo movimento verticais e horizontais que a carne se desprende da concha, a ideia da professora seria criar uma máquina que fizesse os movimentos para frente e para traz, sem que as marisqueiras realizassem esforço manual. Para tanto iniciar o projeto, a professor perguntou as marisqueiras como funcionava a peneira e, imediatamente, uma delas disse: tem de várias malhas, malha 12, 8, 6 e 4. A outra, interrompendo a fala de sua companheira disse: é, mas a gente não usa a malha 4... E, em seguida, foi respondida pela primeira marisqueira que disse: Bom, eu uso. Afinal, as vezes o sururu ta pequeno, mas ta macio e bem amarelinho, então é bom. Ouvindo isto, Fernanda virou pra mim e disse: ta vendo, por isso que a gente defende o seguro defeso, pescar o sururu pequeno pode por em risco a reprodução da espécie, mas elas não entendem isso.

CONCLUSÕES:

Será mesmo que as marisqueiras não entendem sobre os impactos da pesca do sururu? Ao que parece, parte do problema estaria no modo como o pescado se constitui em um devir-mercadoria, nas quais as qualidades sensíveis que importam para sua venda enquanto alimento em alguma medida parecem se contrapor as qualidades sensíveis do marisco enquanto um organismo – isto é, seu tamanho -. Assim como observa Anna Tsing (2016), o problema encapado pelo arruinamento das paisagens tem relação com a precarização das formas de existência. Comunidades extrativistas mesmo compreendendo que suas práticas e saberes entram em conflito com a Ecologia, podem acabar entrando em conflito junto a ecólogos na medida em que as suas dinâmicas relacionais com seres mais-que-humanos são atravessadas também pelas dinâmicas capitalistas do devir-mercadoria. Mas o reconhecimento deste problema parece ter relação com uma questão anterior: para os cientistas, o sururu é um molusco, uma forma de vida taxonomicamente classificada dentro da biologia; para os pescadores, o sururu é um marisco, uma forma de vida que esta emaranhada as dinâmicas de pesca, envolvendo o consumo e o trabalho na constituição de iscas. Isso me faz retomar Bruno Latour, quando no clássico *Jamais Fomos Modernos*, o autor argumenta que a ciência e a política na modernidade seriam importantes operadores da separação entre as pessoas e as coisas. Esse processo, extremamente artificioso envolveria na biologia a separação dos organismos em espécies (Haraway, 2022). Os não-modernos, por sua vez, sendo aqueles que não operam uma separação entre pessoas e coisas, não produziram processos de objetificação, constituindo relações na qual a formação das pessoas seria trabalhada realizada em relação com outros seres. É partindo dessa constatação que o projeto de pesquisa toma continuidade, agora buscando entender como os mariscos emergem numa teia densa de relações que não podem ser apartadas da paisagem. Afinal, como um pescador certa vez me disse “não somos só nós que comemos o sururu, peixe também come e nem por isso acaba. É a mãe lagoa que dá”, a questão do suposto uso predatório do sururu parece não reconhecer que existem espaços de refúgio na paisagem, como nas camboas em que os pescadores não conseguem adentrar. É buscando

descrever esses espaços e os modos como eles se relacionam com a mariscagem que buscarei dar continuidade a esta investigação.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Mauro. Caipora e outros conflitos ontológicos. Ubu Editora, 2021.

HARAWAY, Donna. Quando as espécies se encontram. Ubu Editora, 2022.

LATOUR, Bruno. Políticas da natureza: como associar as ciências à democracia. Editora unesp, 2019.

LATOUR, Bruno. Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno. Ubu Editora, 2020.

STENGERS, Isabelle. A proposição cosmopolítica. Revista do instituto de Estudos Brasileiros, n. 69, p. 442-464, 2018.

TSING, Anna. The Mushroom at the End of the World: On Possibility of Life in Ruins of Capitalism. Princeton: Princeton Press, 2016.